

PROPOSTA DE INDICADOR DE INTERIORIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL COM BASE NO CENSO DEMOGRÁFICO (2000/2010)

Alexandre Ramos de Azevedo

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep

alexandre.azevedo@inep.gov.br

Resumo Ampliado:

O acesso à educação superior no Brasil é ainda bastante desigual, sobre diferentes aspectos (AZEVEDO; HUSTANA, 2023). Algumas das dimensões da desigualdade têm sido mais bem exploradas, tais como aquelas relativas a algumas características dos grupos populacionais que desejamos investigar: renda domiciliar *per capita*, raça-cor, sexo, idade etc. Desigualdades territoriais também são bastante conhecidas, principalmente quando nos referimos à comparação das taxas de acesso à educação superior entre distintas regiões geográficas, unidades da federação ou, mesmo, entre populações residentes em localizações urbanas e rurais (CASEIRO, 2016).

O Documento Referência da Conferência Nacional de Educação – Conae 2024 – ressaltava alguns destes aspectos:

No acesso à educação superior, as desigualdades são gritantes, sob diversos indicadores, requerendo efetivas políticas de Estado e ações afirmativas. Identifica-se uma profunda desigualdade sobre os diferentes subgrupos de renda domiciliar *per capita*, por exemplo. [...] Também é crescente a desigualdade entre as zonas urbana e rural [...]. Outras grandes desigualdades também se manifestam, como no caso da Região Nordeste que possui taxa bruta quase 20 pontos percentuais abaixo da observada no Sudeste [...]. Na visão por unidades federativas, é detectada uma queda na taxa bruta de matrícula em alguns estados, especialmente em Roraima (BRASIL. MEC. FNE, 2023, p. 66).

A maior ou menor incidência de investigações a respeito de determinadas dimensões da desigualdade de acesso à educação superior pode ser explicada também pela disponibilidade de dados que permitam a realização de análises com a qualidade e o nível de detalhamento que desejamos. Atualmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a principal fonte de dados para a maior parte das análises que são produzidas sobre as desigualdades de acesso à educação superior.

Mas o que fazer quando algumas dimensões das desigualdades não são passíveis de serem verificadas através da Pnad Contínua, seja porque a variável de que precisamos não é coletada ou seja porque o plano amostral da pesquisa não permite sua utilização para o fim de que necessitamos? Tomemos como exemplo mais um trecho do Documento Referência da Conae 2024:

Isso inclui a implementação de ações afirmativas para promover a inclusão de grupos historicamente sub-representados, notadamente a população negra, indígena, quilombola e da população com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Portanto, não se pode descuidar da necessidade de democratizar o acesso dos segmentos menos favorecidos da sociedade aos cursos no período noturno, diurno e de tempo integral [...], o que implica, também, na interiorização das universidades estaduais e federais e construção de novos campi e ampliação da oferta de cursos nos polos existentes, garantindo também que jovens que residem no interior dos estados tenham acesso ao ensino superior, considerando as peculiaridades socioeconômicas da região (BRASIL. MEC. FNE, 2023, p. 68).

Conforme se pode constatar, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação estão sendo inseridos na agenda pública das políticas de educação superior e demandam, por isso, pesquisas que deem conta de suas existências e distribuições no território brasileiro. Neste sentido, quanto aos indígenas e quilombolas, necessitaremos aguardar a divulgação dos microdados do Censo Demográfico de 2022. Entretanto, apesar de utilizar uma categorização que não é capaz de identificar ou diferenciar as pessoas com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, a Pnad Contínua do 3º trimestre de 2022 coletou informações importantes sobre as pessoas com deficiências, as quais poderão lançar luzes importantes sobre o acesso destas à educação superior.

Como vimos, há uma demanda crescente também por informações sobre o necessário processo de interiorização do acesso à educação superior, pois precisa ser garantido aos jovens residentes no interior oportunidades semelhantes às aquelas que os jovens das capitais possuem. Neste caso, ainda, além dos dados, necessitamos também de um indicador que sirva para aquilatar o nível de interiorização do acesso à educação superior alcançado nesta ou em outra unidade da federação (UF), apontando a necessidade de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades de acesso entre diferentes municípios de uma mesma UF, considerando a distinção que se faz entre aqueles que são capitais e os demais, que agrupados constituem o que se convencionou chamar de interior.

Este trabalho visa apresentar uma proposta de indicador que estamos denominando de Taxa de Interiorização do Acesso à Educação Superior (TIA), calculado com base nos Censos Demográficos do IBGE, tendo em vista que o plano amostral da Pnad Contínua só garante qualidade para o cálculo deste indicador para os municípios que são capitais e/ou para o conjunto daqueles que compõem suas respectivas regiões metropolitanas.

Para o cálculo da TIA referente a cada UF, propomos a utilização, como insumo, da Taxa Líquida de Frequência na Educação Superior dos Jovens de 18 a 24 anos (TLF), definida como o percentual dos jovens de 18 a 24 anos que frequentam a educação superior. A TIA, por sua vez, na proposta de indicador ainda em fase de testes ora apresentada, pode ser definida como o percentual de municípios de uma UF cuja TLF é igual ou superior a 50% da TLF do município que se constitui como capital da UF analisada.

Na Tabela 1 apresentamos os resultados da TIA calculados para todas as UF do Brasil, com base nos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A análise destes resultados mostra taxas mais elevadas de interiorização, em 2010, nos estados de São Paulo (68,2%), Rio Grande do Sul (65,7%), Rio de Janeiro (54,9%) e Mato Grosso do Sul (54,5%), todos com TIA superior a 50%. Destacam-se, entre os maiores crescimentos em pontos percentuais (p.p.) da TIA entre 2000 e 2010 os estados do Rio Grande do Sul (42,0 p.p.), Rio de Janeiro (40,7 p.p.) e Mato Grosso do Sul (31,2 p.p.). Merece destaque, também o crescimento obtido por Roraima, que parte de 0,0% em 2000 e passa a registrar 28,6% de TIA em 2010. Dentre os estados de maior TIA em 2010, os crescimentos percentuais mais elevados foram observados no Rio de Janeiro (284,6%), Mato Grosso (258,3%) e Goiás (256,5%).

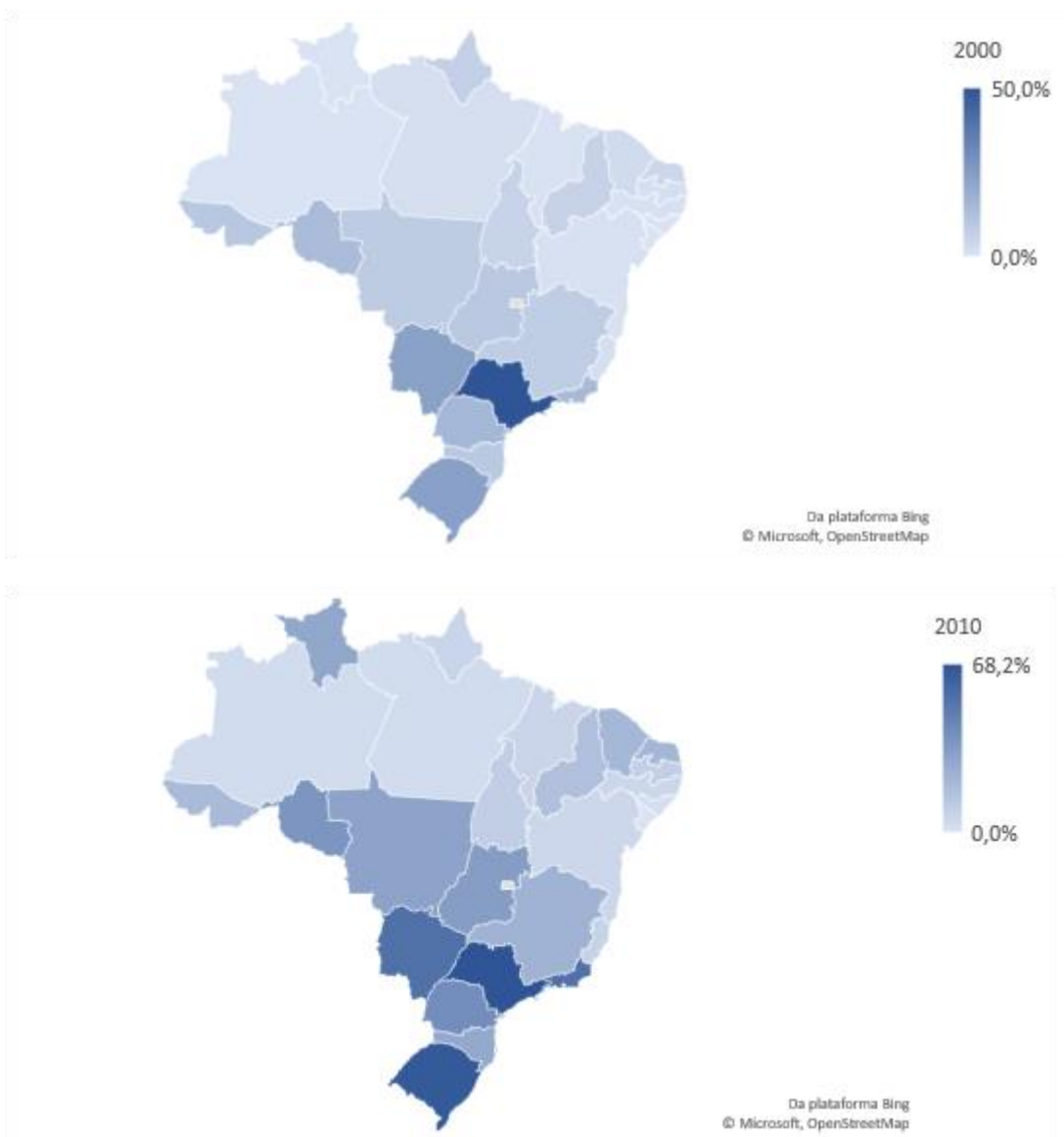
Tabela 1 – Taxa de Interiorização do Acesso à Educação Superior (TIA) por UF – Brasil (2000/2010)

Unidades da Federação	2000	2010	Crescimento (p.p)
São Paulo	50,0%	68,2%	18,2
Rio Grande do Sul	23,6%	65,7%	42,0
Rio de Janeiro	14,3%	54,9%	40,7
Mato Grosso do Sul	23,4%	54,5%	31,2
Paraná	15,1%	41,0%	25,9
Rondônia	13,7%	37,3%	23,5
Goiás	9,4%	33,5%	24,1
Mato Grosso	8,6%	30,7%	22,1
Roraima	0,0%	28,6%	28,6
Santa Catarina	9,2%	27,7%	18,5
Minas Gerais	7,5%	23,1%	15,6
Rio Grande do Norte	4,2%	21,1%	16,9
Ceará	2,7%	20,8%	18,0
Acre	9,5%	19,0%	9,5
Piauí	5,9%	16,2%	10,4
Tocantins	5,8%	10,1%	4,3
Paraíba	1,4%	9,5%	8,1
Espírito Santo	1,3%	7,8%	6,5
Amapá	6,7%	6,7%	0,0
Maranhão	0,5%	6,5%	6,0
Pernambuco	0,5%	6,0%	5,4
Bahia	0,7%	5,8%	5,0
Pará	1,4%	3,5%	2,1
Amazonas	0,0%	3,3%	3,3
Alagoas	0,0%	2,0%	2,0
Sergipe	0,0%	0,0%	0,0

Fonte: Censo Demográfico (IBGE), 2000 e 2010.

A evolução da TIA nas diferentes UF do Brasil, entre 2000 e 2010, pode ser observada também através dos Mapas 1 e 2, a seguir.

Mapas 1 e 2 – Taxa de Interiorização do Acesso à Educação Superior (TIA) por UF – Brasil (2000/2010)



Fonte: Censo Demográfico (IBGE), 2000 e 2010.

Referências

AZEVEDO, A. R.; VARGAS, H. M.. *Expansão-interiorização-democratização: o desafio da redução das desigualdades territoriais e socioeconômicas de acesso à educação superior no Brasil (2003-2015)*. In: SENKEVICS, A. S.; BASSO, F. V.; RODRIGUES, C. G.. (Org.). *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: contribuições ao novo Plano Nacional de Educação II*. 1ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023, v. 9, p. 85-138.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fórum Nacional de Educação (FNE). Conferência Nacional de Educação – Conae 2024. *Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável* (Documento Referência).

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/-conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2024.

CASEIRO, Luiz Carlos Z. *Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação*. Série PNE em Movimento. v.3. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016.